

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° , de 2004
(do Sr. ALBERTO GOLDMAN)

Solicita informações ao Sr. Ministro da Casa Civil sobre participação de Ministros de Estado em Conselhos de Administração ou Fiscal de empresas em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação do capital social.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro da Casa Civil:

- 1)Quais os Ministros de Estado que participam de Conselhos de Administração ou Fiscal em empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação do capital social.
- 2)Especificar em quais empresas ou entidades e os respectivos Conselhos.
- 3)Qual o valor da remuneração pela participação nos respectivos Conselhos?

JUSTIFICAÇÃO

A edição da revista “Época” de 19 de janeiro de 2004 publicou reportagem sob o título “A hora extra dos ministros – primeiro escalão engorda os salários com cargos no Conselho de Administração de empresas privadas, além das estatais”, segundo a qual:

“ A partir desta segunda-feira, dia 19, além de se preocupar com os alarmantes índices de desemprego, o ministro do Trabalho, Jaques Wagner, terá de pensar o destino de uma das maiores empresas privadas do país, a Companhia Vale do Rio Doce. Será sua estréia como membro do Conselho de Administração, vaga para a qual foi indicado pelo BNDES no apagar das luzes de 2003, depois que o banco ampliou sua participação na mineradora. Ex-sindicalista e deputado federal, Wagner está longe de ser um expert do mundo da mineração. Mas sua escolha tem uma razão singela,

segundo o BNDES: como o dinheiro usado na compra das ações da Vale vieram do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), é natural indicar o ministro responsável pelos recursos.

Ao contrário do outro representante do banco na Vale – um funcionário de carreira que ocupa o posto sem receber nada por isso -, Wagner encontrou na atividade uma boa fonte extra de renda, que se soma aos conselhos da Petrobrás e da BR Distribuidora. Como ele, pelo menos seis outros ministros de Estado estão hoje dividindo o tempo destinado à função pública com o acompanhamento dos rumos de empresas, que lhes rende jetons. A prática não é nova nas estatais e acontecia já em governos anteriores. Porém, ministro em conselho de empresa privada é uma invenção petista. Trata-se de um novo expediente para reforçar o orçamento dos titulares, com cargos de poder e visibilidade, mas salário de R\$ 8.300 por mês, considerado baixo por eles.

Além de Wagner, o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, participa desde abril de reuniões do Conselho de Administração da Acesita. Privatizada em 1992, a siderúrgica tem como principal acionista o grupo europeu Arcelor, um dos maiores do mundo. Ciro, no caso, representa os interesses de outro sócio, a Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobrás. O presidente da Cetros, Wagner Pinheiro, defende a indicação, realçando a “formação acima da média” do ministro. “estamos muito contentes com ele”, diz. O Conselho de Administração é o órgão mais poderoso na hierarquia empresarial. Conselheiros fazem pelo menos uma reunião por mês nas empresas para sugerir e avaliar investimentos e contratar executivos, entre outros temas que afetam diretamente a companhia. É portanto cargo que envolve assuntos sensíveis. “Não queremos prejulgar ninguém, até porque a honestidade é uma premissa, mas a primeira coisa que me ocorre é a independência do conselheiro, exigência da lei das Sociedades Anônimas”, opina Leonardo Viégas, um dos fundadores do Instituto Brasileiro da Governança Corporativa, organização que se dedica ao ensino de práticas de gestão para reduzir riscos de erros e fraudes nas empresas. “Sem duvidar da probidade de ninguém, um bom conselheiro não vai só a reunião. Sou conselheiro de empresas e isso me exige tempo. Por isso é estranho que um governo tenha tempo para se dedicar a assuntos privados, critica Gesner de Oliveira, ex-Presidente do CADE e ex-coordenador do Programa econômico de José Serra.

O cruzamento entre o setor público e o privado é problemático sob três aspectos, sustenta Gesner. Primeiro porque políticas públicas afetam a vida das empresas. Segundo porque os conselhos hoje em dia estão muito mais profissionalizados..

Deixaram de ser compostos de figuras decorativas e exigem dedicação. Por último, prossegue Gesner, a presença de um ministro pode significar desigualdade para os concorrentes.

Embora não queira se pronunciar sobre casos específicos, o presidente da Comissão de Ética Pública, Piquet Carneiro, diz encarar com normalidade a participação de ministros em conselhos de empresas privadas. “Não existe impedimento legal”, diz ele, encarregado de avaliar o comportamento ético dos servidores federais. Pela lei, só são proibidos de trabalhar em mais de um órgão público – o que não inclui estatais. Segundo o advogado, também não é problema o fato de um servidor público ser indicado para um conselho por um fundo de pensão. “Como ele chegou lá não interessa, não faz diferença. O que importa saber é se vale a pena para o governo ter o ministro lá.”

A questão é que a motivação primeira que move as indicações nem sempre passa pelo interesse público. O ministro Ciro Gomes, por exemplo, recebe R\$ 6 mil por mês do Conselho da Acesita, indicação conseguida por empenho do próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva. (...) Garante, ainda, que defende com afinco os interesses da Petros na Acesita. O problema que se coloca é se eles seriam os mesmos da União – e o que acham disso os concorrentes do grupo francês dono da empresa.

A franqueza de Ciro e exceção. No geral, o assunto provoca constrangimentos na Esplanada dos Ministérios. O ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, pretendia participar dos conselhos da Petrobrás e de Itaipu, como fazia seu antecessor Pedro Parente. A companhia encarregada de gerir a maior hidrelétrica do mundo paga os jetons mais generosos do funcionalismo: R\$ 9 mil, o que é mais do que salário de ministro. Diante do rumor, Dirceu achou melhor desistir dos dois Conselhos.

Entra governo, sai governo, a maior fonte de complemento salarial para ministros continua sendo a Petrobrás. Entre seus nove conselheiros, há três funcionários sediados na Esplanada dos Ministérios (contra dois no governo FHC): Antonio Palocci, da Fazenda, Dilma Rousseff, de Minas e Energia, e Jaques Wagner, do Trabalho. Cada um vai receber neste ano R\$ 3.300 por reunião. O detalhe é que, por força do estatuto da empresa, os membros do Conselho da Petrobrás também formam o Conselho de uma de suas subsidiárias, a BR Distribuidora, que pagará R\$ 3.300 por encontro. As reuniões ocorrem sempre no mesmo dia, uma seguida da outra, uma vez por mês.

Procurado por Época, Wagner informou não saber quanto vai receber na Vele. Alega não ter participado ainda de nenhuma

reunião, apesar de seu nome já aparecer na lista dos 11 conselheiros da companhia, disponível na internet. Recordista no número de Conselhos, informou que avalia a hipótese de abrir mão de algum deles.”

As informações que ora requeremos são de fundamental importância para o desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN